

## A RECEPÇÃO DA *RATIO STUDIORUM* E DO CURSO *CONIMBRICENSE* NA EDUCAÇÃO JESUÍTA NO BRASIL COLONIAL

### THE RECEPTION OF THE *RATIO STUDIORUM* AND THE *CONIMBRICENSE COURSE* IN JESUIT EDUCATION IN COLONIAL BRAZIL

José Edinaldo Gomes Guimarães<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0009-0003-9028-9185>

Carlos Wagner Benevides Gomes<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-2493-4687>

**Resumo:** O presente artigo, de cunho historiográfico-filosófico, busca averiguar a recepção de dois importantes documentos produzidos pela Companhia de Jesus no século XVI: a *Ratio Studiorum* e os oito manuais produzidos em Coimbra, conhecidos vulgarmente como *Curso Conimbricense*. Inicialmente, o estudo investiga as razões que levaram a Companhia de Jesus a atuar na educação e como ela obteve o seu crescimento em escala global chegando a obter o monopólio da educação, e, conseqüentemente, os efeitos da produção e disseminação desses documentos na Europa e nas colônias portuguesas. Portanto, o fundamento é discutir o papel da *Ratio Studiorum* para a consolidação de uma rede global de ensino, caracterizando-a como instrumento pedagógico e doutrinário no conjunto da Contrarreforma. Além de discutir o modelo de ensino medieval, o texto apresenta o vanguardismo da Ordem ao publicar o *Curso Conimbricense* (ou *Comentário a Aristóteles do Colégio Jesuíta*). Ao discutir a recepção e a circulação desse material, analisam-se suas relações com o aristotelismo e com o tomismo da época, a fim de discutir como tais documentos consolidaram o ensino de Filosofia no Brasil colonial. O estudo encerra-se com um breve relato sobre a recepção desses documentos no Brasil e o apego do colégio jesuíta da Bahia.

**Palavras-chave:** Educação. *Ratio Studiorum*. Conimbricenses. Jesuítas.

**Abstract:** This historiographical-philosophical article seeks to examine the reception of two significant documents produced by the Society of Jesus in the 16th century: the *Ratio Studiorum* and the eight manuals produced in Coimbra, commonly known as the *Cursus Conimbricensis* (Coimbra College Course). Initially, the study investigates the reasons that led the Society of Jesus to engage in education and how it achieved global growth, eventually reaching a monopoly on education. Consequently, it analyzes the effects of the production and dissemination of these documents across Europe and the Portuguese colonies. Therefore, the core objective is to discuss the role of the *Ratio Studiorum* in consolidating a global educational network, characterizing it as a pedagogical and doctrinal instrument within the context of the Counter-Reformation. In addition to discussing the medieval teaching model, the text presents the Order's avant-garde approach in publishing the *Cursus Conimbricensis* (or the Jesuit College's Commentaries on Aristotle). By discussing the reception and circulation of this material, the article analyzes its relationship with the Aristotelianism and Thomism of the

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia, Universidade Estadual do Ceará – UECE / Fortaleza-Ceará, Brasil. [edinaldoguima60@gmail.com](mailto:edinaldoguima60@gmail.com) <http://lattes.cnpq.br/6938444017847771> /

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia, Universidade Federal do Ceará – UFC / Fortaleza-Ceará, Brasil. [wagnercarlos92@gmail.com](mailto:wagnercarlos92@gmail.com) <http://lattes.cnpq.br/6324744292466203>

period, aiming to explore how such documents consolidated the teaching of Philosophy in colonial Brazil. The study concludes with a brief account of the reception of these documents in Brazil and the zenith of the Jesuit College of Bahia.

**Keywords:** Education. *Ratio Studiorum*. *Conimbricenses*. Jesuits

## 1. Introdução

A Companhia de Jesus fundada em 1540 por Inácio de Loyola surge no horizonte católico em oposição à Reforma Protestante. Um dos princípios era a educação como qualificação para uma boa catequese e consequente conversão ao catolicismo. Portanto, a preocupação da instituição com a formação intelectual dos seus quadros missionários foi fundamental para o crescimento da Ordem e legou à historiografia uma vasta produção intelectual, cultural e artística. Dentre as publicações que orientavam e moldavam o ensino jesuíta se destacaram a *Ratio Studiorum* (1599) – que se pode traduzir por – Plano de Estudos, e *Curso Conimbricense* (1592 a 1606) ou *Comentários a Aristóteles do Colégio Jesuíta* e, de certa forma, as *Constituições* (1558), isto é, o conjunto de normas e regulamentos estabelecidos pelos fundador.

Para Storck (2024, p.279-280), a elaboração desses documentos pela Companhia de Jesus se fundamenta em duas razões que se concatenam: a primeira está na globalização do ensino jesuíta partindo da Península Ibérica até as colônias hispano-portuguesas, e a segunda no próprio caráter da missão da ordem religiosa que via a educação como uma ferramenta importante para a reconquista dos territórios dominados pela Reforma Protestante e a catequização dos povos colonizados. Portanto, essa vasta produção acadêmica será o principal objeto de estudo deste trabalho e a recepção desses manuais nos colégios jesuítas do Brasil Colonial.

Durante o período de colonização do Brasil, o ensino estava sob a tutela das ordens religiosas e tinha como escopo a formação dos próprios religiosos e da elite administrativa e cultural da Colônia. Dentre as congregações, foram encontradas produções filosóficas entre os jesuítas, franciscanos, dominicanos e carmelitas, com maior evidência historiográfica para a Companhia de Jesus. Dada a relevância global do ensino jesuíta na Europa e sua atuação no território brasileiro, justifica-se, portanto, pensar filosoficamente a sua produção, bem como analisar os estudos dos seus principais comentadores.

## 2. A rede de ensino jesuíta: um empreendimento em escala global e seus reflexos na colônia

A partir desse momento, analisaremos como se desenvolveu a rede de ensino jesuíta, quais eram os objetivos e as circunstâncias que se deram essa expansão. Inicialmente, torna-se imprescindível destacar que parte do seu crescimento no Brasil (e muito provavelmente na Europa) se deve ao apoio da Coroa Portuguesa.

**Os jesuítas vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados pela Coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia.** Nessas circunstâncias puderam proceder de forma mais orgânica, vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização. [...] o que fez com que o ensino por eles organizado viesse a ser considerado como um sistema pelos analistas da história da educação brasileira no período colonial (SAVIANI, 2008, p.41, grifo nosso).

Como vimos, uma das principais forças da Ordem era a sua associação aos interesses da potência econômica mundial da época, Portugal, que a financiava. Os Jesuítas – como nos ensina Storck – pretendiam um tipo de ensino com controle global na Europa e nos demais continentes conhecidos, e a Coroa, por sua vez, via na Companhia de Jesus e no poder da Igreja Romana, uma ferramenta de controle, a partir da fé, dos colonizados e da nova elite econômica que se formava, a burguesia mercantilista. Nessa perspectiva, o professor Storck assevera que:

A constatação que o processo moderno de expansão ultramarina das coroas europeias envolveu, além de fatores econômicos e políticos, formas de circulação e construção do conhecimento científico, tem motivado um crescente número de produções sob a rubrica “ciência e império”. [...] Também a expansão do catolicismo moderno tem sido cada vez mais considerada da perspectiva dos processos de circulação dos saberes (STORCK, 2024, p.271 e 272).

Esses pressupostos, a nosso ver, nos servem de ponto de partida para indagarmos, até que ponto esse avanço tardio do capitalismo português influenciou negativamente, atrasando, assim, a propagação e a circulação de conhecimentos, bem como a própria educação lusitana e a de suas colônias? Esse ponto foi levantado por alguns pesquisadores, mas nos parece que ainda não há concessos sobre o assunto.

Uma questão que intriga de modo geral os analistas se refere ao fato aparentemente paradoxal de Portugal ter sido pioneiro na expansão ultramarina e, ao mesmo tempo, ter se atrasado consideravelmente no que respeita ao desenvolvimento capitalista quando comparado com outros países europeus (SAVIANI, 2008, p.29).

Por outro lado, – propagavam alguns pesquisadores – o conhecimento produzido no Brasil, principalmente o filosófico, foi uma mera reprodução da filosofia escolástica portuguesa. Todavia, as novas pesquisas tiveram acesso aos manuscritos de teses e manuais do

período, e esse acervo tem demonstrado que os escritos produzidos no período colonial consistiam em uma verdadeira filosofia, sem desconsiderar, obviamente, sua matriz europeia. Sob o aspecto dessa filosofia continental, isto é, desse apanhado de comentários, defesas, cartas etc., o professor Storck nos adverte:

Nesse quadro, a atuação dos missionários nas colônias espanhola e portuguesa das Américas passa a ser descrita não apenas como um processo colonizador e violento de implantação da fé cristã. Sem negar a centralidade desses aspectos, a historiografia da ciência tem procurado analisar as missões de evangelização como envolvendo a circulação de saberes seja entre missionários confrontados à pluralidade dos saberes detidos por povos originários das Américas, seja frente a diferentes tradições sobre a prática científica, como no caso da China (STORCK, 2024, p.272).

Como evidenciado anteriormente, a partir da perspectiva da crescente demanda por pensar tanto a história da filosofia no Brasil quanto a própria filosofia praticada no período colonial, Stock defende que as pesquisas têm caminhado para a defesa de uma produção filosófica menos centrada na filosofia europeia e mais aberta ao credenciamento de uma filosofia decolonial (ou estudos pós-coloniais), a qual se pretende que seja “apta a descrever as alteridades sem a necessidade de reduzi-las a categorias europeias” (STORCK, 2024, p.272-273).

A historiografia nos apresenta que a Sociedade de Jesus administrava uma vasta rede de ensino, abrangendo os principais centros europeus e as colônias hispano-portuguesas. Para Storck, “a consciência jesuítica de estar desenvolvendo um empreendimento em escala global com centro na Europa foi uma das características marcantes da Companhia de Jesus, com reflexos diretos na sua estrutura administrativa” (STORCK, 2024, p.279).

Com efeito, os riscos de perda de identidade de um projeto que se desenvolvia em regiões geograficamente afastadas e radicalmente distintas em termos culturais exigiu o desenvolvimento de **formas de comunicação e controle das atividades missionárias e pedagógicas**. A criação de diversas técnicas de controle facultava adaptar as regras gerais (jurídicas e teológicas) às circunstâncias particulares de cada região e cultura reduzindo as ameaças à identidade do projeto católico missionário e pedagógico. [...] a preocupação com a qualidade do ensino dispensado nos colégios missionários não fugiu a esse padrão (STORCK, 2024, p.279-280, grifo nosso).

Para o pesquisador, as recentes descobertas da produção filosófica no Brasil colonial, dão embasamento à crítica de setores do pensamento filosófico brasileiro, na atualidade, que pretendem “afastar definitivamente interpretações que liam a história da filosofia no período colonial como história do tomismo ou, quando muito, de um tomismo eclético” (STORCK, 2024, p.273), pois essas pesquisas dão suporte para discutir a filosofia praticada no período colonial, e se esses escritos refletiam as diferentes concepções de mundo, principalmente dos

povos originários. Em outras palavras, busca-se compreender quais eram as visões dos jesuítas sobre os povos originários e, posteriormente, dos povos africanos escravizados e trazidos para o Brasil. No entanto, Stock (2024) já adverte que os manuscritos estudados apresentam, em graus diversos, alguns problemas e desvantagens, como exemplo, praticar uma filosofia unicamente arraigada aos problemas domésticos (a catequese, a escravização e a postura moral dos portugueses nas Américas), todavia, distante de sua matriz europeia, ou, para especificar melhor, da sua origem “escolástica aristotélica portuguesa”.

Não podemos negar que o conhecimento produzido no Brasil, principalmente o filosófico, está intimamente enraizado ao processo de produção e circulação do conhecimento europeu. Isso é fato. No entanto, é fundamental considerarmos duas questões que julgamos importantes para se discutir as práticas culturais, intelectuais e de circulação de saber no nosso território no período colonial: (i) A primeira é cuidarmos para não cairmos em uma visão eurocêntrica e colonizadora, pois não podemos menosprezar, a exemplo dos colonizadores, todo o saber produzido pelos povos originários ao longo da sua trajetória nesse continente. É plenamente possível encontrar na tradição cultural dos povos originários aquilo que denominamos de saberes – mesmo para os padrões culturais nos séculos de colonização. São saberes que devem ser continuamente valorizados e propagados. (ii) Em segundo plano, poderíamos pensar, também, de que forma a catequese e o ensino jesuítico corroboraram para um não total apagamento de uma cultura, que, embora não dominasse as técnicas de produção escrita, mantinha seus costumes, hábitos e tradições vivamente.

Em Saviani (2008) e Storck (2024), percebemos que, para os Jesuítas enviados ao Brasil no período colonial, a missão de levar a fé católica ao novo continente e a motivação para o ensino não era desassociada. Pois, “há uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil. Em verdade, a emergência de educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua ideia-força” (SAVIANI, 2008, p.31). Em outras palavras, a Companhia de Jesus viu na educação um meio para alcançar os objetivos da Ordem; isto é, “os jesuítas consideravam que a primeira alternativa de conversão era o convencimento, que implicava práticas pedagógicas institucionais (as escolas) e não-institucionais (o exemplo)” (SAVIANI, 2008, p.31).

Nesse sentido, como veremos adiante, fundamentam-se dois dos principais documentos balizadores da educação jesuítica, a *Ratio Studiorum* e o *Curso Conimbricense*.

### **3. A *Ratio Studiorum*: Como era o ensino jesuíta na Europa e no Brasil Colonial?**

A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever<sup>3</sup> e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da colônia. Contudo sua aplicação foi precária, tendo cedo encontrado oposição no interior da própria Ordem jesuítica, sendo finalmente suplantado pelo plano geral de estudos organizados pela Companhia de Jesus e consubstanciado no *Ratio Studiorum* (SAVIANI, 2008, p.43).

O objetivo principal do ensino da Companhia de Jesus era a formação e capacitação dos padres para a evangelização da Europa e dos demais continentes, como já abordado. Para Santo Inácio, quanto mais capacitados fossem os missionários, aprendendo inclusive a língua falada nas terras de missão mais conversões eles garantiriam, pois não podemos esquecer que a Sociedade de Jesus surge no horizonte da Contrarreforma.

De certa forma as ações educacionais dos professores da Companhia de Jesus –incluindo os mestres nas terras de missão como o Brasil – desagradavam as orientações do Geral da congregação em Roma. Consequentemente, o ensino jesuíta demandava uma regulamentação e uniformização. Assim sendo, foi nesse cenário que surgiram diversos documentos de menor peso até a publicação da *Ratio Studiorum* que concatena todas as diretrizes pedagógicas do ensino jesuíta. Essas diretrizes foram elaboradas pelos religiosos que tinham enorme reputação como professores, e seu primeiro esboço foi editado em 1586 e a versão final publicada em 1599, como veremos adiante.

Assim, o primeiro texto editado em 1586 foi enviado para apreciação e crítica das autoridades responsáveis pelas províncias de maior destaque. Os relatórios foram compilados e submetidos a uma comissão compostas pelos melhores professores do colégio jesuítico de Roma para a elaboração de uma nova versão, que foi publicada em 1591, e que seria utilizada, de forma experimental, por três anos pelas demais unidades. Em 1599, foi definitivamente publicado o código de regras dos colégios governados pela Companhia de Jesus, recebendo sua versão final. As diretrizes elaboradas pelos Jesuítas estavam associadas às regras gerais da congregação, escritas por Loyola em 1552, que, na quarta parte das *Constituições*, já determinou “as linhas mestras da organização didática e sobretudo sublinhara o espírito que

---

<sup>3</sup> Conforme Leite (2004, p.29), as escolas de ler e escrever eram prolongamentos da catequese.

deveria animar toda a atividade pedagógica da Ordem” (FRANCA, 1552, p.16 *apud* SAVIANI, 2008, p.54). Conforme a leitura de Saviani:

O plano foi constituído por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava pelas do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava às regras da prova escrita<sup>4</sup>, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras diversas academias (SAVIANI, 2008, p.55).

Sobre esse documento, nos ensina o Padre Serafim Leite, essa obra é o “verdadeiro código pedagógico dos jesuítas”. O ensino e a instrução eram de tal importância para a Companhia de Jesus que “num Jesuíta a ciência é absolutamente necessária, quási tão necessária como a virtude” (FERREIRA DEUSDADO, 1910, p.27, *apud* LEITE, 2004, p.29).

Nesse contexto, os cursos seguiam atrelados ao ensino de filosofia nas universidades, cujo percurso formativo tinha o período de três anos, onde os alunos eram submetidos às técnicas da *lectio* (lição), da *quaestio* (questão) e da *disputatio* (disputa). Essa dinâmica dos estudos era alicerçada na filosofia de Aristóteles – principalmente na *Lógica*, *Física*, *Metafísica* e, também, um pouco de *Ética*, conforme o Capítulo VII da Quarta parte das *Constituições*.

Por estarmos em um período de pouca circulação, na forma de material impresso e traduzido para o latim, das obras do Estagirita, a *lição* consistia na realização de leitura e comentários por parte do professor de um desses textos aristotélicos, prosseguindo o ditado para que os alunos tomassem nota de tudo o que o mestre ensinava. A demanda de tempo que era consumido com essa primeira atividade só foi substituída com a difusão de outros manuais – principalmente os cursos elaborados em Coimbra, como veremos.

O segundo momento do ensino dava-se com a *questão*, que consistia numa pergunta elaborada pelo professor cuja tarefa dos alunos seria investigar e explicar a verdade. Note-se que o papel do aluno era apresentar suas qualificações como bom argumentador. Logo, o objetivo do ensino nesse período não era a produção de textos pelo estudante, mas sim apresentar, inclusive publicamente, sua capacidade de argumentar, que se seria ampliada na próxima etapa, isto é, com a disputa. A questão era um método de aprendizagem que tinha como modelo a *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino (1225 – 1274). Encontramos modelo semelhante em Averróis (1126 – 1198), o grande comentador de Aristóteles e conhecidamente lido pelo santo.

---

<sup>4</sup> Até o presente momento não encontramos na literatura nenhuma outra referência para provas escritas no ensino jesuíta.

A dinâmica da atividade era desenvolvida em cinco momentos: (a) Partia-se de uma pergunta elaborada pelo professor; (b) em seguida o aluno tinha que elaborar argumentos contrários à posição defendida; (c) posteriormente deviam ser aplicados argumentos favoráveis à posição defendida; (d) por fim o aluno deveria dar uma resposta conclusiva à pergunta; e, conseqüentemente, (e) estabelecer respostas contrapondo às posições contrárias.

Por sua vez, a *disputa* consistia na apresentação de objeções e contra objeções aos argumentos defendidos na *questão*. Na modernidade, as questões passam a ser elaboradas como teses que eram defendidas publicamente pelos alunos. No entanto, a escrita continuava sendo do professor<sup>5</sup>.

Essa prática poderia ser observada já no primeiro curso da Companhia de Jesus que era o de “Letras Humanas” – termo presente nas *Constitutiones* –, que correspondia ao ensino de latim, grego, hebraico, gramática, retórica, poesia e história, conforme empregado por Loyola. Segundo Leite (2004), esse modelo foi aplicado inclusive nos colégios brasileiros, e desse fato deriva a preocupação dos jesuítas em aprender a língua indígena tupi.

No curso de Letras Humanas estudavam-se todos os clássicos, desde Ovídio a Horácio, e desde Demóstenes a Homero. Mas os mestres de estilo, mais recomendados pelo *Ratio*, eram Cícero e Virgílio. Grego não se estudou no Brasil, no século XVI. Em compensação, havia o que os Padres classificavam pitorescamente de grego da terra, que era a língua dos índios. E dela fez-se Gramática e ensinou-se no Colégio. [...] Depois do curso de Letras vinha o de Artes ou Ciências Naturais, como então se denominava o curso de Filosofia, e abrangia a Lógica, a Física, a Metafísica, a Ética e a Matemática. No *Ratio* desenvolveu-se isto mais no que toca sobretudo ao método, autores e doutrinas. Quanto ao Brasil em particular, vemos que se recomendou o mesmo que se tinha indicado para Coimbra em 1567, isto é, que durasse o curso três anos, ao modo do Colégio Romano (LEITE, 2004, p.30).

#### 4. Curso Conimbricense : vanguarda e relação com o aristotelismo

O Curso Conimbricense ou *Comentários a Aristóteles do Colégio Jesuíta*, correspondia a necessidade de atualização da metodologia do ensino jesuíta, fator que pode ter sido motivado também devido aos anseios dos professores para que fossem facilitados a própria didática e os

<sup>5</sup> Esse modelo de ensino da Companhia de Jesus encontra ecos ainda no movimento católico da Contrarreforma como marca de uma Igreja que priorizava a palavra, o discurso, a transmissão oral. Fez-se, assim, em plenitude um agente da “Civilização da Palavra”, marca distintiva da Contrarreforma, como bem esclarece João Adolfo Hansen (2000, pp.19-41) ao traçar o quadro em que a Igreja se associou à Monarquia para, por meio da palavra, implantar na nova terra a civilização dos que dela se apossavam. À Reforma protestante, materializada na “tese luterana da *sola scriptura*” (idem, p.20), para a qual a doutrina, em sua pureza original, derivava dos textos originais hebraicos e gregos, a Igreja de Roma moveu tenaz oposição: “a Igreja católica conciliar e pós-tridentina fez a defesa intransigentemente tradicionalista da transmissão oral das duas fontes da Revelação, a tradição e as Escrituras” (idem, p. 21). Nesse processo desempenharam papel central os jesuítas, não sendo, pois, por acaso que o sistema pedagógico expresso no *Ratio Studiorum* tenha como elemento central a retórica (SAVIANI, 2008, p. 46).

métodos e técnicas empregadas em sala de aula (como discutimos, a lição demandava muito tempo), pois, de certa forma, havia uma espécie de pressão sobre os reitores, exercida pelos mestres. No entanto, o motivo principal desse documento - apregoado por Casalini -, corresponderia à própria missão educativa da Ordem e à necessidade de racionalizar o esforço educativo.

Com efeito, sentia-se a falta de um manual de filosofia, ou seja, de um comentário impresso sobre a obra de Aristóteles que obviasse os problemas de tempo na economia didática do curso de Artes e que igualasse, por utilidade e valor, os outros produtos da cultura conimbricense (CASALINI, 2015, p. 97).

O Curso Conimbricense consistia em textos de Aristóteles ou do aristotelismo<sup>6</sup> – principalmente os de Tomás de Aquino (1225-1244) –, acompanhados de novos comentários dos Jesuítas. Assim, eles surgem como inovação em relação ao modelo de ensino medieval praticado nas escolas e universidades europeias. Em associação ao professor Thiago Rosales empregamos o termo “aristotelismo”, considerando que “aquilo a que designamos comumente por ‘aristotelismo’ se estrutura em uma tradição exegética balizada por autoridades do passado, as quais vemos elencadas no *Comentário Conimbricense* (MARQUES, 2023, p.14). Conforme o comentador, o gentílico “Conimbricense” – proveniente de Coimbra/Portugal – ou sua forma latina “conimbricensis” ganhou diversos sentidos ao longo do tempo. Para o estudioso, o termo além de designar um locativo, é empregado também para nomear os chamados *Cursus Conimbricensis* ou seus autores; ou mesmo, “em um contexto mais geral, pode ainda designar outras obras didáticas elaboradas pela Companhia de Jesus e mesmo os professores do Colégio das Artes de meados do século XVI até o século XVIII” (MARQUES, 2023, p.18).

Para Marques (2023) e Storck (2024), embora as publicações não se tratem de tratados filosóficos, elas apresentam grande inovação didática para o período e se estabelecem como gênero literário ligado à passagem da universidade medieval para a moderna, tanto nos colégios jesuítas na Europa quanto nas colônias ibero-americanas. Dessa forma, “a obra visa antes apresentar as mais diversas teses sobre um determinado problema filosófico; na sequência, monta-se um silogismo ao qual se segue a resposta certa”. (MARQUES, 2023, p.18).

Em Storck (2008) e Casalini (2015), vemos duas importantes proposições sobre os Conimbricenses. O primeiro caracteriza a produção de Coimbra como “um imenso projeto editorial” da Companhia de Jesus, composto de comentários a alguns textos da obra do

---

<sup>6</sup> Cf. Marques (2023, p.92). “Pode-se dizer que o que se chama aristotelismo é, na verdade, uma grosseira aproximação do pensamento de Aristóteles (GRANT 1987) e que não há no século XVI um aristotelismo, mas aristotelismos”.

Estagirita, com o objetivo de, até certo ponto, manter o controle da produção do pensamento filosófico dos mestres e alunos, a partir da distribuição dos materiais fornecidos à rede jesuíta, que, no nosso entender, se expandia e se desenvolvia, exercendo, de alguma maneira, a hegemonia da educação, graças à aproximação com a Coroa, como explanado. O segundo explica que esse material recebeu o nome Curso Conimbricense por se tratar de um “conjunto orgânico de manuais”, contendo diversos comentários aos textos de Aristóteles; e ressalta que o conjunto composto de oito volumes (lançado em 1592) não apresentava a indicação do seu autor. Os conimbricenses tiveram sua publicação revisada e finalizada quatorze anos após a primeira edição.

Conforme Leite (2004, p. 30) e o Capítulo VII da Quarta Parte das *Constituições*, mencionados neste artigo, antes da publicação dos Conimbricenses, o estudo da Metafísica aristotélica compunha o curso de Artes e Ciências Naturais (Filosofia) anteriormente à publicação dos referidos manuais. Contudo, Casalini (2015) observa que esse importante tratado do filósofo grego foi excluído de ambas as edições dos textos de Coimbra. A esse respeito, consultamos o pesquisador Alfredo Storck, o qual esclareceu que a Metafísica foi publicada separadamente dos Cursos.

Fruto de um cuidadoso trabalho de recuperar a Filosofia da Natureza de Aristóteles apresentando-a ao lado dos comentários que esta gerou, os textos *Conimbricenses* são resultado de uma longa tradição, uma espécie de compêndio do aristotelismo, mesmo assim, os textos de Coimbra dão sinais de estarem atentos às inovações recentes, uma forma de rever uma filosofia da natureza que clamava por atualização ainda que algumas vezes se prefira evitar a discussão aberta (MARQUES, 2023, p.92).

Como vimos, os Conimbricenses correspondem a um dos marcos da historiografia do ensino na rede jesuíta e, parafraseando o autor de *Aristóteles em Coimbra*, dizemos que: “Por agora é suficiente dizer que não é *de* Aristóteles que se fala no *Cursus*, mas *com* Aristóteles” (CASALINI, 2015, p.114).

## 5. O apogeu dos colégios jesuítas no Brasil Colonial

Conforme Leite (2004), o primeiro curso de Artes ou Ciências Naturais (Filosofia), no Brasil, só começou em 1572. Inicialmente, o conteúdo das aulas ministradas era sobre a Dialética aristotélica, e, posteriormente, introduzia-se a formação em Teologia. Por se tratar de cursos que exigiam um nível mais elevado de conhecimento, e como na colônia o número de alunos especializados era reduzido, as turmas para esses programas de estudo só abriam de quatro em quatro anos e duravam, algumas vezes, o mesmo período de espera. O segundo curso, destinado aos alunos que se destacavam no curso de Artes, estava dividido em Teologia moral e Teologia especulativa. Em primeiro lugar, discutiam-se temas ligados à liberdade indígena

(em certa parte “defendida” pelo padre Manoel da Nóbrega), aos sacramentos (batismo dos indígenas, casamentos, preceitos de ouvir missa etc.), e aos negócios (se é lícito vender a crédito mais caro do que à vista, se os portugueses poderiam vender escravos entre si etc.). Em seguida, estudavam-se as obras de São Tomás de Aquino, enquanto aguardavam as disposições definitivas que adviriam da primeira publicação da *Ratio Studiorum*.

Sobre os professores, o historiógrafo nos diz que a formação do corpo docente da Companhia de Jesus era “feita com demora e tempo, para se conhecerem bem as suas aptidões respectivas” (LEITE, 2004, p.33). De fato, como já assinalamos a exigência da formação dos alunos dos colégios jesuítas, devia-se, em grande parte, à qualidade da formação dos seus mestres, alguns deles, grandes expoentes do pensamento aristotélico e do tomismo no seu tempo. Para além da educação escolar, os jesuítas se preocupavam com a educação moral dos estudantes, ao ponto de aplicar além das repressões verbais, as privações de recreio, inclusive, castigos físicos àqueles mais indisciplinados com a aprendizagem e a observância das normas dos colégios.

Os estudantes da Companhia de Jesus tinham os benefícios dos dias de descanso (semanais) e as férias escolares (periódicas), conforme o costume de cada região: “O assueto<sup>7</sup> semanal era um dia por inteiro, à moda de Roma, e não meio dia apenas, como nalgumas partes. Tinha-se às quartas ou quintas-feiras, segundo as conveniências” (LEITE, 2004, p.35). O longo percurso de estudos se concluía com a formatura. O historiógrafo ressalta que os primeiros bacharelados no Brasil, especificamente no Colégio Jesuíta da Bahia, ocorreram em 1575, oriundos do curso de Filosofia iniciado três anos antes. O acontecimento chamou a atenção de toda a cidade de Salvador. As primeiras licenciaturas em Filosofia ocorreram um ano após o bacharelado e em 1578 foram conferidas as primeiras láureas de Mestre.

Foi o ato, que revestiu pompa extraordinária, na Igreja do Colégio, com a assistência do Governador-Geral e do Bispo. Precedeu disputa pública, recitaram-se epigramas, e houve música de instrumentos e vozes. Receberam aquela dignidade três externos e dois da Companhia, para poderem depois por sua vez dar graus. O grau de Mestre em Artes "era então mais estimado do que é hoje o de doutor por qualquer academia (LEITE, 2004, p.36).

Como se fazia necessário preparar os novos padres (brasileiros ou filhos de portugueses ingressos na Companhia de Jesus, bem como os estudantes externos à ordem) para o ensino e a catequese, em 1581 foram conferidos novos doutoramentos. A cerimônia foi considerada o apogeu do ensino no Brasil e foi celebrada semelhante as das universidades na Europa.

<sup>7</sup> Não localizamos o significado preciso dessa palavra, mas provavelmente derive do latim *assuetus*, que pode significar costume ou hábito.

A cerimônia fêz-se ainda com maior solenidade e com o aparato que se costuma nas Academias da Europa, como nunca se tinha feito aqui. Não faltou nem o anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o pagem do barrete, nem o capelo feito de estofado de sêda. O capelo de Artes era azul. Numa das Academias da Europa, na de Évora, que era dos Jesuítas, o "magistrando" seguia à direita do Reitor, com o capelo de seda azul vestido. Ia o padrinho, que devia ser nobre ou constituído em dignidade, iam os Mestres e Professores e, à frente do cortejo, "os trombetas e charamelas". Ninguém podia ser magistrado sem ter 18 anos cumpridos. A imponência deste cortejo e a pompa da imposição das insígnias provocaram indescritível alvoroço na cidade. Tais festas e doutoramentos marcam o apogeu dos estudos no Brasil, no século XVI (LEITE, 2004, p.36).

O Colégio da Bahia se destacava em número de alunos e qualidade dos cursos, a ponto de Pero Rodrigues, o provincial da Companhia de Jesus no Brasil (1594-1603), em 1597, escrever em uma carta ao Geral da Ordem em Roma, afirmando que havia bons filósofos nas escolas jesuítas no Brasil<sup>8</sup>. E destaca Padre Serafim: “Termina o século XVI com um curso de Artes aumentado e florescente. Iniciou-se em junho de 1598, com 40 estudantes, seis de casa, e cinco religiosos carmelitas<sup>9</sup>” (LEITE, 2004, p.32).

Embora houvesse uma proibição Real da criação de universidades nas colônias, o que se observou foi uma equivalência dos currículos de Artes do Brasil e de Portugal.

De fato, não houve universidades no Brasil colonial, mas isso não significa, por exemplo, que os colégios administrados pela Companhia de Jesus estivessem totalmente apartados do sistema de ensino jesuítico e desconhecessem as principais tendências e práticas pedagógicas presentes nos colégios portugueses. Ao contrário, o incremento do número de alunos e o grau similar de ensino estão entre as razões que levaram o Colégio Jesuítico da Bahia a reivindicar, desde 1662, o status de universidade. As petições enviadas à coroa e as circunstâncias de sua recusa são bem conhecidas desde os trabalhos de Serafim Leite. Conforme mostrou esse historiador da Companhia de Jesus, as demandas provinham sobretudo de estudantes externos, ou seja, não ligados à ordem. Embora não totalmente atendidas, foram contempladas parcialmente por uma carta régia que garantia aos estudantes graduados em Filosofia nos colégios jesuíticos do Brasil o ingresso nos cursos superiores de Direito, Cânones, Medicina e Teologia na Universidade de Coimbra. Portanto, ainda que, de direito, os colégios não fornecessem títulos universitários, de fato, havia o reconhecimento de que a formação filosófica ofertada na colônia não era substancialmente distinta daquela obtida nos colégios de Portugal (STORCK, 2024, p.273-274).

---

<sup>8</sup> Numa transcrição literal da carta de Pero Rodrigues, o padre Serafim registrou: "há estudos públicos das faculdades que os Padres costumam ensinar que são ler, escrever, contar, lições de humanidades, curso em que se graduam em Mestre em Artes, e Teologia moral e especulativa, donde saem muitos **bons filósofos**, artistas e pregadores" (Leite, 2004, p.37 grifo nosso).

<sup>9</sup> De acordo com as pesquisas de Storck (2024), os carmelitas eram uma das principais ordens que rivalizam com os jesuítas na disputado pela melhor qualidade de ensino no Brasil. A partir desse trecho *da História da Companhia de Jesus no Brasil* podemos pensar que a formação dos intelectuais das demais ordens também passou pelos Jesuítas.

Como vimos em Leite (2004) e comentado por Storck (2024), os colégios jesuítas no Brasil, apesar de não terem o status de universidade, na prática, tinham currículo do curso de Filosofia elevado à condição de porta de ingresso às universidades portuguesas. Essa condição dava-se, principalmente, pela qualidade do ensino que era ofertado, mas, também, por uma certa pressão dos estudantes da elite que não tinham o objetivo de serem clérigos.

No caso particular das escolas no Brasil, avalia Storck: “O modelo jesuítico de ensino servirá de caso paradigmático por ter surgido precisamente nesse contexto de mudanças e, por ter sido, o principal projeto implantado no período colonial brasileiro” (STORCK, 2024, p.274). Logo, esse cenário promoveu diversas mudanças na formação cultural e administrativa da colônia, levando os historiógrafos como Serafim Leite a afirmar que a história do Brasil colonial se confunde com a história da Companhia de Jesus (Leite, 2024).

## Referências

CANHANDA, Júlio. *“Historiografia da filosofia no Brasil: o século XIX”* (última versão de novembro de 2022) / Julio Canhanda. Enciclopédia da Filosofia Brasileira, editada pelo Grupo de Trabalho em Pensamento Filosófico Brasileiro. Disponível em <https://www.editorafi.org/enciclopedia-da-filosofia-brasileira>  
DOI: <https://dx.doi.org/10.22350/2023efb>

CARVALHO. Mario Santiago de. *O Curso Aristotélico Jesuíta Conimbricense*/ Mario Santiago de Carvalho. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/43629>  
DOI:<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1544-8>

CASALINI. Cristiano. *Aristóteles em Coimbra – Cursus Conimbricesis e a educação no Collegium Artium*/Cristiano Casalini. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

GOMES. Pinharanda. *Os Conimbricenses*. / Pinharanda Gomes. Lisboa. Biblioteca Breve / Volume 128 – 1ª edição, 1992.

LEITE. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*/Serafim Leite; organização César Augusto dos Santos...[et al.] São Paulo: Edições Loyola, 2004, tomo I, livro I.

SAVIANI. Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*/Dermeval Saviani. – 2.ed. ver. E ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p.25 -56.

STORCK. Alfredo. *O ensino de filosofia no Brasil colonial: entre heranças medievais e novidades modernas*/Alfredo Storck. In.: MENONCELLO. Aline Micheline. et al. Problemas de historiografia antiga e moderna: Estudos e discussões em tempos de pandemia/Aline Micheline Menoncello... [et al]. Serra: Editora Milfontes, 2024.

MARGUTTI, Paulo. *FILOSOFIA BRASILEIRA E PENSAMENTO DESCOLONIAL*/ Paulo Margutti. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 223–239, 2018. DOI: 10.5752/P.2177-6342.2018v9n18p223-239. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/19186>.

MARQUES. Lúcio Álvaro. *Formas da filosofia brasileira: 12 aportes metodológicos à historiografia, metalinguagem e autocrítica da filosofia brasileira* [recurso eletrônico] / Lúcio Álvaro Marques. – Cachoeirinha : Fi, 2023.

MARQUES, Lúcio. “*Fontes, arquivos e referências para pesquisa em filosofia colonial brasileira*” (última versão de agosto de 2022) / Lúcio Marques. Enciclopédia da Filosofia Brasileira, editada pelo Grupo de Trabalho em Pensamento Filosófico Brasileiro. Disponível em <https://www.editorafi.org/enciclopedia-da-filosofia-brasileira> - DOI: <https://dx.doi.org/10.22350/2023efb>

MARQUES. Thiago Henrique Rosales. *Tradição e inovação em Les Mèeteorés de René Descartes: entre o rompimento com o aristotelismo e a continuidade com o pensamento escolástico* / Thiago Henrique Rosales Marques. – Campinas, SP, 2023, cap. 2, p. 84-91.

PAIM. Antonio. *História das Ideias Filosóficas no Brasil - As correntes vol. 2/* Antonio Paim. Londrina: Edições Humanidades, 2007.

VIEIRA. Antônio. *Cartas, volume I* / Antônio Vieira; coordenação e notas João Lucio de Azevedo; prefácio Alcir Pécora. – São Paulo: Globo, 2008.